CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICA DE SANTA CATARINA EM JOINVILLE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Pedido de acesso à informação dirigido aos municípios do Estado de Santa Catarina, com fundamento na Lei nº 12.527/2011

Pesquisador: Vinícius Corrêa
Orientação: Prof. Ms. Ketty Elizabeth Benkendorf

Nota de apresentação

Este instrumento é aplicado por meio dos canais oficiais de acesso à informação dos municípios (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão ou equivalente). A Parte I reproduz o texto de abertura do pedido; a Parte II contém os itens solicitados. Ambas são transcritas integralmente no campo de solicitação.

Os quadros ao final destinam-se ao controle do pesquisador e não integram o pedido enviado ao município. O Quadro 1 registra a classificação dos itens e o respectivo fundamento normativo; o Quadro 2 estabelece, previamente à coleta, a regra de conversão das respostas em estágio de implementação; o Quadro 3 apresenta as categorias de desfecho do pedido.

Parte I — Texto de abertura do pedido

Assunto: Solicitação de informações sobre o sistema de informação de custos do Município.

Prezados,

Com fundamento no art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e nos arts. 10 e 11 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), solicito acesso às informações abaixo especificadas, relativas ao sistema de informação de custos do Município.

As informações solicitadas destinam-se a pesquisa acadêmica de conclusão de curso em Ciências Contábeis, de caráter censitário, que abrange os 295 municípios do Estado de Santa Catarina. A pesquisa tem por objetivo diagnosticar o estágio de implementação dos sistemas de informação de custos após o prazo fixado pela NBC TSP 34 — Custos no Setor Público, cuja vigência se dá a partir de 1º de janeiro de 2024. Registro que a indicação da finalidade é voluntária, nos termos do art. 10, § 3º, da Lei nº 12.527/2011.

O pedido é delimitado da seguinte forma:

Recorte temático: exclusivamente o sistema de informação de custos e os atos, documentos e relatórios a ele diretamente vinculados.

Recorte temporal: situação vigente na data desta solicitação e informações referentes aos exercícios de 2024 e 2025.

Órgão: Poder Executivo municipal (administração direta).

Esclareço que a solicitação se restringe a informações e documentos já produzidos ou custodiados pelo Município, não demandando elaboração de estudos, consolidação de dados, emissão de pareceres ou qualquer trabalho adicional de análise ou interpretação. As perguntas de múltipla escolha admitem resposta direta a partir do conhecimento da unidade responsável, e as cópias solicitadas referem-se a documentos preexistentes.

Caso alguma das informações solicitadas já esteja disponível em meio eletrônico de acesso público, é suficiente a indicação do respectivo endereço eletrônico, nos termos do art. 11, § 6º, da Lei nº 12.527/2011.

Caso o Município não detenha alguma das informações solicitadas, solicito que tal circunstância seja expressamente declarada, nos termos do art. 11, § 1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011, com indicação, se for do conhecimento do órgão, da unidade ou entidade que a detenha.

Solicito que as informações e os documentos sejam fornecidos em formato digital, nos termos do art. 11, § 5º, da Lei nº 12.527/2011, por meio deste canal ou para o endereço eletrônico abaixo indicado.

Coloco-me à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos sobre o alcance do pedido, inclusive para reformulá-lo, caso alguma parte seja considerada de difícil atendimento.

Requerente: Vinícius Corrêa
Vínculo: acadêmico do curso de Ciências Contábeis — Centro Universitário Católica de Santa Catarina Em Joinville
Contato: vi.correa@catolicasc.edu.br
Data: 14/09/2026

Parte II — Itens solicitados

Bloco I — Existência e formalização

1. O Município possui sistema (ou subsistema) de informação de custos implantado e em operação, nos termos da NBC TSP 34?

( ) Sim, implantado e em operação
( ) Em processo de implantação
(x) Não implantado

Caso a resposta seja "Não implantado", solicito que sejam respondidos apenas os itens 2, 8, 14 e 15.

2. Existe ato normativo municipal (lei, decreto, portaria, instrução normativa ou resolução) que institua, regulamente ou discipline o sistema de informação de custos?

( ) Sim — número e data: _____
(x) Não

Em caso positivo, solicito cópia integral do ato.

3. Caso implantado, informar o mês e o ano de início da operação do sistema.

( ) Mês e ano: _____
(x) Não se aplica

4. Informar a unidade administrativa responsável pela apuração e pela geração das informações de custos, bem como se há ato de designação formal de servidor ou equipe responsável.

( ) Unidade responsável: _____
( ) Há ato de designação formal — número e data: _____
(x) Não há unidade ou responsável formalmente designado

Havendo ato de designação, solicito cópia.

Bloco II — Configuração técnica

5. Existe modelo de gerenciamento de custos formalizado em documento (manual, guia, projeto ou nota técnica)?

( ) Sim — denominação do documento: _____

(x) Não

Em caso positivo, solicito cópia.

6. Quais objetos de custo foram definidos pelo Município? Marcar todas as opções aplicáveis.

( ) Programas
( ) Ações orçamentárias
( ) Unidades administrativas ou secretarias
( ) Serviços ou entregas específicas
( ) Centros de responsabilidade
(x) Nenhum objeto de custo definido formalmente
( ) Outro: _____

7. Qual método de custeio foi adotado?

( ) Direto
( ) Variável
( ) Absorção parcial
( ) Absorção integral (pleno)
(x) Não há método definido formalmente
( ) Outro: _____

8. O SIAFIC utilizado pelo Município permite a acumulação dos registros por centros de custos, conforme exigido pelo Decreto nº 10.540/2020?

(x) Sim
( ) Não
( ) Não sei informar

Bloco III — Produção e divulgação da informação

9. Foram gerados relatórios de custos referentes aos exercícios de 2024 e 2025?

Exercício de 2024:

( ) Sim
(x) Não

Exercício de 2025:

( ) Sim
(x) Não

Em caso positivo, periodicidade:

( ) Mensal
( ) Trimestral
( ) Semestral
( ) Anual

( ) Eventual

10. Solicito cópia do último relatório de custos produzido pelo Município ou, caso já publicado, a indicação do endereço eletrônico de acesso.

( ) Cópia anexada
( ) Endereço eletrônico: _____
(x) Não há relatório produzido

11. As informações de custos são divulgadas no Portal da Transparência ou em outro meio eletrônico de acesso público?

( ) Sim — endereço eletrônico: _____
(x) Não

Bloco IV — Uso da informação

12. Entre 2024 e 2025, as informações de custos foram utilizadas como fundamento em alguma das situações abaixo? Marcar todas as opções aplicáveis.

( ) Fixação ou revisão de preços públicos, tarifas ou taxas
( ) Decisão sobre terceirização, internalização ou continuidade de serviço
( ) Avaliação de desempenho de unidade, programa ou serviço
( ) Instrução de processo licitatório ou de contratação
( ) Prestação de contas ou resposta a órgão de controle externo
(x) As informações de custos não foram utilizadas em nenhuma dessas situações
( ) Outra: _____

Havendo documento que registre o uso, solicito a indicação do número do processo ou documento.

13. As informações de custos foram utilizadas na elaboração das peças orçamentárias (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias ou Lei Orçamentária Anual) referentes aos exercícios de 2025 ou 2026?

( ) Sim, em ambos os exercícios
( ) Sim, em apenas um dos exercícios
( ) Não
(x) Não sei informar

Bloco V — Situação dos não implantados

14. Caso o sistema não esteja implantado, existe projeto, cronograma, estudo técnico, processo licitatório ou contrato em andamento com esse objeto?

( ) Sim — número do processo administrativo: _____
(x) Não
( ) Não se aplica (sistema implantado)

Havendo cronograma, solicito cópia.

O item seguinte é de resposta facultativa. Sua eventual não resposta não prejudica o atendimento dos itens anteriores, que constituem o objeto do pedido de acesso à informação.

15. Facultativo. Caso o sistema não esteja implantado e não haja providência em curso, o Município pode indicar as razões pelas quais a implementação não foi levada adiante. Marcar todas as opções aplicáveis.

( ) Ausência de servidor com qualificação específica em custos
( ) Quantidade insuficiente de pessoal na área contábil
( ) Limitação orçamentária ou financeira
( ) Sistema informatizado não comporta a apuração de custos
( ) Ausência de orientação ou regulamentação complementar de órgão de controle
( ) Existência de outras prioridades administrativas
( ) Dificuldade de definir objetos de custo ou método de custeio
( ) Outra razão: _____

Espaço para complementação, se o Município desejar:

_____

_____

_____

Quadro 1 — Classificação dos itens e fundamento normativo

Item	Classificação	Dimensão avaliada	Fundamento normativo
1	Essencial	Existência do sistema	NBC TSP 34, itens 24 a 27
2	Essencial	Formalização normativa	NBC TSP 34, itens 24 a 27
3	Essencial	Início da operação	NBC TSP 34, item 63
4	Desejável	Responsabilidade institucional	NBC TSP 34, itens 28 a 30
5	Essencial	Modelo de gerenciamento de custos	NBC TSP 34, itens 46 e 47
6	Essencial	Objetos de custo	NBC TSP 34, itens 48 a 51
7	Essencial	Método de custeio	NBC TSP 34, item 5
8	Essencial	Acumulação por centros de custos	Decreto nº 10.540/2020
9	Essencial	Produção de relatórios	NBC TSP 34, itens 70 a 73
10	Essencial	Evidência documental do relatório	NBC TSP 34, itens 70 a 73
11	Desejável	Divulgação pública	Lei nº 12.527/2011, art. 8º
12	Essencial	Uso em decisão de gestão	NBC TSP 34, itens 74 a 78
13	Essencial	Uso no ciclo orçamentário	LC nº 101/2000, art. 50, § 3º
14	Essencial	Providências em curso	NBC TSP 34, itens 63 a 65
15	Facultativo	Razões da não implementação	Item exploratório, sem base normativa

Fonte: elaborado pelo autor (2026), com base na NBC TSP 34, no Decreto nº 10.540/2020 e na Lei nº 12.527/2011.

Quadro 2 — Regra de classificação do estágio de implementação

A regra abaixo é fixada previamente à coleta e converte as respostas em variável ordinal. A classificação deriva da evidência produzida pelo conjunto dos itens, e não da autoavaliação registrada no item 1: o município que declarar implantação sem preencher os critérios de configuração é classificado no estágio correspondente à evidência disponível.

Nº	Estágio	Critério de enquadramento	Leitura institucional
0	Ausência	Item 1 indica não implantado e item 2 indica inexistência de ato normativo.	Sem resposta institucional à norma
1	Formalização isolada	Existe ato normativo (item 2) ou declaração de implantação (item 1), mas não há modelo formalizado (item 5), objetos de custo (item 6) nem método de custeio (item 7) definidos.	Resposta simbólica à coerção
2	Configuração sem produção	Ao menos dois entre os itens 5, 6 e 7 indicam definição formal, mas não houve geração de relatórios (item 9) nem existe relatório disponível (item 10).	Estrutura montada, sem operação
3	Produção sem uso	Houve geração de relatórios em ao menos um exercício (item 9), mas os itens 12 e 13 não registram uso.	Desacoplamento entre produção e decisão
4	Uso efetivo	Houve geração de relatórios (item 9) e ao menos um uso registrado nos itens 12 ou 13.	Indício de utilidade percebida

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

A divergência entre o estágio declarado no item 1 e o estágio apurado pela regra constitui achado autônomo e deve ser reportada separadamente, por expressar a distância entre adoção formal e prática efetiva.

Quadro 3 — Categorias de desfecho do pedido

1. Resposta tempestiva e substantiva, que responde ao objeto do pedido.
2. Resposta tempestiva e parcial, que responde apenas parte dos itens.
3. Resposta tempestiva evasiva, formalmente prestada, mas que não responde ao objeto.
4. Resposta intempestiva, prestada após o decurso dos prazos legais.
5. Negativa fundamentada, nos termos do art. 11, § 1º, inciso II, da Lei nº 12.527/2011.
6. Negativa não fundamentada.
7. Silêncio administrativo, sem qualquer manifestação.
8. Canal de acesso à informação inexistente, inoperante ou inacessível.

As categorias 3 a 8 constituem evidência sobre o cumprimento da Lei de Acesso à Informação e não configuram prova de inexistência do sistema de custos. As duas taxas devem ser reportadas separadamente, tratando-se eventual sobreposição como hipótese, e não como achado.